



ΠΡΟΜΕΘΕΥΣ

Journal of Philosophy

n. 33 maio - agosto de 2020

Dossiê Linguagem e Cognição

Editores: Marcus Souza, Marcos Silva & Maxwell Lima Filho



NOMES PRÓPRIOS: O PRINCÍPIO DE RUSSELL E O ARGUMENTO SEMÂNTICO¹

Sagid Salles

Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: Tenho dois objetivos principais neste artigo. Primeiro, desenvolver uma versão de Teoria da Identificação, oriunda de Strawson e Evans, para a referência dos nomes próprios. A teoria não é desenvolvida em detalhes, mas seus elementos centrais são revelados, com foco no seu tratamento do fenômeno da referência por empréstimo. No centro da teoria está o Princípio de Russell que, aplicado à referência dos nomes próprios, afirma que a identificação do objeto nomeado é uma condição necessária para o sucesso da referência. Segundo, responder ao desafio colocado pelo argumento semântico inspirado em Kripke e Donnellan. Este argumento pode ser usado para mostrar que identificação não é uma condição necessária para o sucesso na referência. Sustento que ele não é efetivo contra versão de Teoria da Identificação defendida aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes próprios. Empréstimo da Referência. Identificação. Princípio de Russell. Argumento Semântico.

ABSTRACT: I have two main goals in this paper. First, I develop a version of Theory of Identification for the reference of proper names, one which comes from Strawson and Evans. The theory is not developed in detail, but its central elements are revealed, focusing on its treatment of the phenomenon of reference borrowing. At the center of this theory is Russell's Principle which, applied to the reference of proper names, states that the identification of the named object is a necessary condition for the success of reference. Secondly, I reply to the challenge posed by the semantic argument inspired by Kripke and Donnellan. This argument can be used to show that identification is not necessary for the success of reference. I defend that it is not effective against the version of Theory of Identification advocated here.

KEYWORDS: Proper Names. Reference Borrowing. Identification. Russell's Principle. Semantic Argument.

¹ Muitas pessoas contribuíram para a produção deste artigo. Agradeço especialmente a Guido Imaguire, Marco Ruffino, Ludovic Soutif, Iago Bozza, André Pontes, Roberto Horácio de Sá Pereira e Elizielly Martins pelos seus comentários e objeções a este ou a manuscritos anteriores. Também agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa que tornou este artigo possível.

Introdução

O problema da referência singular dos nomes próprios pode ser formulado do seguinte modo:

- Quais são as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para que um indivíduo S, através do uso de um nome N, se refira a um objeto x ?

Uma teoria da referência singular dos nomes próprios é uma teoria que fornece uma resposta ao problema acima. As duas primeiras seções deste artigo são dedicadas à formulação de uma versão de Teoria da Identificação para a referência dos nomes. Por *Teoria da Identificação* entendo qualquer teoria da referência que aceite o *Princípio de Russell*. Este princípio afirma que uma condição necessária para o sucesso da referência (através de um nome) é a identificação, por parte do falante, do objeto referido. Um dos principais obstáculos ao Princípio de Russell é o argumento semântico. Na seção 3 sustentarei que este argumento não é efetivo contra a versão de Teoria da Identificação defendida aqui. Meu foco será a discussão da referência por empréstimo, pois é aí que o argumento semântico aparenta ter mais força.

Antes de começarmos, algumas observações importantes. Primeiro, a discussão será limitada à teoria da referência, não levando em conta a teoria do significado ou do pensamento. Por outras palavras, não é meu interesse discutir como nomes próprios contribuem para o significado ou condições de verdade das frases completas que os contém, nem quais tipos de pensamento (singular/geral, *de dicto/de re*) os nomes nos permitem ter sobre seus referentes. Tudo isto é de fundamental importância para a nossa compreensão geral dos nomes próprios, mas está além do escopo deste artigo. Segundo, e de forma relacionada, o Princípio de Russell é entendido e avaliado aqui como um princípio sobre a referência. Isto conflita diretamente com o modo como Evans o entendeu. Baseando-se em uma suposta distinção entre fazer referência a algo e pensar sobre algo, ele concedeu aos objetores que o princípio não se aplicava à referência, mas argumentou que se aplicava aos pensamentos sobre objetos particulares. Ao final do artigo, argumento brevemente que Evans sequer precisaria ter feito esta concessão.

Por fim, o tipo de teoria da referência apresentada aqui tem inspiração em Evans e Strawson, e algo muito próximo dela tem sido defendido por Sainsbury (2005), Campbell (2002, sec. 2.5) e outros. Nos momentos oportunos, indicarei algumas

similaridades e diferenças de meu tratamento em relação a estes e outros autores, mas não entrarei em detalhes interpretativos acerca de nenhum deles.

1 Modos de Identificação e o Argumento Semântico

O Princípio de Russell (PR), aplicado à teoria da referência dos nomes, afirma que uma condição necessária para o sucesso de um ato de referência singular é que o usuário do nome seja capaz de identificar o referente do mesmo. A capacidade de identificar um objeto é a capacidade de diferenciar o mesmo de todos os outros objetos do mundo. Assim, PR afirma que um falante S só terá sucesso em se referir a um objeto x , através de um nome N, se for capaz de diferenciar x de todos os outros objetos do mundo.

É fácil argumentar que esta condição é muito exigente. Parece exagero supor que os falantes comuns sejam capazes de identificar todos os objetos aos quais podem se referir por nomes. Pense, por exemplo, em todas as pessoas que são capazes de usar o nome “Sócrates” para fazer referência ao filósofo grego. Seria implausível sustentar que cada uma delas consegue diferenciar Sócrates de todos os outros objetos do universo. Qualquer um que queira defender PR tem de enfrentar esta dificuldade inicial.

Uma forma de minimizar a dificuldade é aceitar a existência de diferentes modos de identificação, de forma que sempre pelo menos um deles esteja disponível a falantes bem-sucedidos no ato de fazer referência. Evans (1982, p. 65), seguindo Strawson (1959, sec. 1.1.2; 1974, p. 40), lista três modos de identificação.

- (a) *Conhecimento de propriedades identificadoras ou modo descritivo de identificação*: o sujeito sabe (acredita) que o referente do nome é o único objeto a possuir certo conjunto de propriedades.
- (b) *Reconhecimento ou capacidade de reconhecer pela aparência*: o sujeito é capaz de reconhecer o referente do nome com base na sua aparência, isto é, se o objeto aparecesse em sua frente, poderia identificá-lo como aquele a quem se referia;
- (c) *Conhecimento por contato ou identificação demonstrativa*: o sujeito pode singularizar um objeto através do contato perceptivo – visão, tato, audição, paladar, olfato – com o mesmo.

Se aceitarmos que estas três formas de identificação são legítimas, poderemos reduzir a implausibilidade inicial de PR. A impressão de que PR coloca um

requerimento muito forte sobre falantes comuns pode ser devida ao fato de que não percebemos que estes falantes dispõem de uma variedade de modos de identificação dos objetos nomeados. Tão logo percebemos a variedade disponível aos falantes, percebemos que em cada contexto de sucesso na referência há um deles em jogo.

O problema é que, mesmo que aceitemos a lista acima, existem razões iniciais contra PR. Kripke e Donnellan forneceram exemplos que podem ser usados para mostrar que alguns falantes (i) têm sucesso em fazer referência a algo através de um nome N, mas (ii) são incapazes de identificar o referente de N em alguma das três formas acima. Ora, de acordo com PR, (i) e (ii) não podem ser simultaneamente verdadeiras. Logo, PR é falso. Este argumento ficou conhecido como *argumento semântico*².

Consideremos primeiro um exemplo de Kripke (1972, p. 95). Suponha que um professor introduza o nome “Newton” a alunos que jamais tiveram contato com este nome. Tudo que o professor diz aos alunos é “Newton foi o mestre de Platão”. Neste caso, a única informação que os alunos têm sobre Newton é falsa. Não há qualquer coisa que eles possam fazer para identificar Newton, pois não possuem qualquer um dos três modos de identificação mencionados acima. Mas é lícito supor que mesmo assim os alunos podem se referir a Newton através do nome introduzido. Se um deles disser “Newton foi o mestre de Platão”, estará dizendo uma falsidade sobre Newton.

Considere agora um dos exemplos de Donnellan (1972). Suponha que uma criança acaba de acordar em uma festa e é apresentado por seus pais a uma pessoa chamada “Tom”, que lhe profere algumas palavras. No outro dia, a criança diz aos seus pais “Tom é um bom homem”. A criança é capaz de dizer que havia um Tom na festa, mas não é capaz de reconhecer-lhe ou de identificar-lhe por meio de uma propriedade identificadora. Ao que parece, a criança é incapaz de identificar Tom por qualquer dos três modos de identificação da lista acima. Ainda assim, Donnellan acredita que há boas razões para dizer que a criança teve sucesso em se referir a Tom. Por exemplo, os pais da criança poderiam dizer que, embora ela tenha encontrado com mais de um indivíduo chamado “Tom”, só um disse coisas doces a ela.

² Mas repare que não era a intenção de Kripke e Donnellan refutar PR. Eles forneceram o argumento semântico como um argumento contra versões de teorias descritivistas da referência dos nomes. Devitt e Sterelny (1999, p. 62) apresentam o mesmo tipo de argumento, mas já tendo em mente também a noção de identificação.

O defensor de PR pode reagir de dois modos aos contraexemplos acima. Primeiro, pode aceitar que os falantes do exemplo sejam incapazes de identificar os referentes dos nomes, mas recusar que tenham sucesso em se referir a algo. Segundo, pode aceitar que o ato de referência é bem-sucedido, mas recusar que os falantes sejam incapazes de identificar os referentes. Ao longo deste artigo, usarei as duas estratégias, dependendo do exemplo em questão.

Um aspecto importante do que está por vir é que aceito que o argumento semântico tem sucesso em mostrar que falantes incapazes de identificar o referente do nome *em qualquer uma das três formas acima* podem ter sucesso em fazer referência. Mas recuso que isto implique a falsidade de PR. Sustentarei, na seção 2 abaixo, que existe outro modo de identificação relevante para a referência por nomes e, conseqüentemente, mais uma cláusula deve ser incluída em PR.

2 Nomes e identificação

2.1 Produtores

Devitt e Sterelny (1999, p. 66) corretamente notam que há pelo menos dois fenômenos que uma teoria da referência precisa explicar: o fenômeno da fixação do referente e o fenômeno da referência parasitária ou do empréstimo da referência. No primeiro caso, queremos explicar como um nome pode ser atribuído a um objeto. Em geral, isto ocorre através de um batismo³. No segundo, queremos explicar como a referência pode passar de falante para falante, como um nome pode ser difundido de um

³ Como esperado, o conceito de *batismo* levanta problemas filosóficos interessantes. Os exemplos paradigmáticos de batismo são os casos em que um falante é capaz de discriminar perceptivamente um objeto e, a partir daí, realiza um ato de fala declarativo da seguinte forma: Este objeto se chamará N. Mas há casos de introdução de um nome para um objeto que diferem destes exemplos em um ou outro aspecto. Por exemplo, o contato perceptivo não é necessário para o batismo, dado que, como veremos, existem batismos por descrição. Além disto, podemos pensar em casos de introdução de nomes que não envolvem a intenção de introduzir um nome, ou nos quais um sujeito atribui um nome a muitos objetos diferentes através da realização de um único ato de fala. De fato, podemos pensar em casos legítimos de introdução de um nome que diferem de forma tão significativa do que chamaríamos de “batismo” que sequer é claro que possam ser considerados casos de batismo (TEXTOR, 2010, p. 113). Uma vez que meu interesse neste artigo está muito mais no que ocorre após o batismo – mais especificamente, no fenômeno da referência por empréstimo – não vou lidar com estes problemas aqui.

sujeito S para um sujeito S', de modo que, ao ouvir (ler...) S usar um nome N para referir-se a um objeto *x*, S' também adquire a capacidade de usar N para referir-se a *x*.

Há pelo menos dois modos reconhecidos pelos quais podemos atribuir nomes próprios aos objetos. Primeiro, podemos introduzi-los através de batismo por ostensão. Neste caso, o objeto está perceptivamente presente ao falante, que pode simplesmente dizer (talvez apontando para ele): ele se chamará N. Segundo, podemos introduzir nomes por meio de descrições. Neste caso, estipulamos que o referente do nome será quem quer que seja o único a possuir uma determinada propriedade ou conjunto de propriedades. Defensores de PR podem explicar o primeiro tipo de caso apelando à cláusula (c) (conhecimento por contato) e o segundo apelando à cláusula (a) (conhecimento de propriedades individuadoras). Assim sendo, estes casos não são *prima facie* problemáticos para PR.

A cláusula (b) (reconhecimento) também não é sem utilidade. Pelo menos se aceitarmos, como Evans (1982, p. 376) e McCulloch (1989, p. 281-282), que nem tudo que ocorre depois do batismo é referência por empréstimo. Ambos pensam que nomes próprios geralmente envolvem um conjunto de usuários que (i) possuem acesso privilegiado ao referente do nome, e (ii) cuja habilidade de fazer referência por meio do nome não é explicada em termos da habilidade de outros falantes. Evans chama a estes usuários os “produtores” da prática de uso do nome⁴.

Consideremos o primeiro aspecto da descrição acima: os produtores de um nome possuem alguma forma privilegiada de acesso ao referente do mesmo. O exemplo mais claro de acesso privilegiado são as pessoas que podem se encontrar repetidas vezes com o referente do nome, adquirir novas informações baseadas em certos encontros e combiná-las com aquelas adquiridas em encontros anteriores. Estes encontros repetidos permitirão aos falantes a combinação de informações novas com as antigas apenas se os falantes forem capazes de reconhecer o referente do nome com base em sua aparência. Suponha que eu encontre João agora e que descubra que ele está magro e rico. Estas

⁴ Apesar de a concepção de *produtor* brevemente esboçada aqui claramente remeter à de Evans, alguns aspectos da última são ignorados por mim. Evans estava primordialmente interessado em teorias do pensamento ou do significado e seu interesse se revela naturalmente em sua explicação dos produtores. Por exemplo, ele fez questão de ressaltar que os produtores de um nome N adquiriram a capacidade de ter pensamentos demonstrativos da forma “Este é N” acerca de seu referente, e agora mantém a habilidade de tê-los e expressá-los nas circunstâncias apropriadas devido à sua capacidade de reconhecer o referente de N com base em sua aparência (EVANS, 1982, p. 376). Minha exposição dos produtores, por outro lado, ignora a conversa sobre pensamentos demonstrativos ou de quaisquer outros tipos.

novas informações podem ser combinadas com informações obtidas em encontros anteriores, a fim de me permitirem tirar novas conclusões. Se João era obeso, então emagreceu; se era pobre, enriqueceu; etc. Para fazer estas combinações de informações obtidas em diferentes encontros, é necessário que eu seja capaz de reconhecer a pessoa que encontro agora (João) como a mesma com quem me encontrei anteriormente (também João). Sem esta capacidade de reconhecimento, não estaria justificado em fazer qualquer combinação de informações fundadas em diferentes encontros e não poderia concluir, com base neles, que João emagreceu, enriqueceu etc. Parentes próximos, amigos íntimos, cônjuges etc. geralmente fazem parte do conjunto de usuários especiais de nomes. A capacidade destes produtores de fazer referência através do nome pode ser explicada pelo apelo à cláusula (b) (reconhecimento)⁵.

Quanto ao segundo aspecto dos produtores, note que a capacidade destes de identificar o referente do nome não é explicada em termos da capacidade de outros falantes em identificar o referente do mesmo. Na medida em que a capacidade referencial é explicada em termos da capacidade de identificação, a capacidade dos produtores de fazer referência pelo nome relevante não é explicada em termos da capacidade de outros usuários do mesmo. Produtores se referem por direito próprio.

Não entrarei em detalhes sobre os produtores aqui. Meu interesse é discutir os casos *prima facie* problemáticos para PR. É com a referência por empréstimo que o problema surge de modo mais óbvio. Como sabemos, é muito comum que nem todos os usuários de um nome sejam produtores, e muitos nomes em uso atualmente sequer possuem produtores. Mais especificamente, é muito comum que boa parte dos usuários de um nome tome a sua referência de empréstimo de outros usuários. Os usuários de um nome que fazem referência por empréstimo são os *consumidores* do nome. A maior

⁵ Repare que digo “a capacidade destes produtores” e não dos produtores em geral. Isto porque acredito que há produtores que não são capazes de reconhecer o referente do nome com base em sua aparência, e cuja capacidade de fazer referência é explicada em termos do modo descritivo de identificação. Mais especificamente, acredito que há produtores do que Evans chamou de “nomes descritivos”. A ideia de produtores de nomes descritivos é certamente estranha, e rejeitada por Evans (1982, p. 378). Entretanto, penso que uma defesa desta ideia pode ser tornada plausível se reconhecermos, seguindo McCulloch (1989, sec. 71 e 72), que existe um tipo especial de descrições definidas, descrições estas que nos colocam em uma relação privilegiada com o referente do nome relevante. Seja como for, não vou investigar este tipo de caso aqui. Como já dito, meu interesse primordial é na referência por empréstimo, que é um fenômeno relevante para os consumidores, e não para os produtores de um nome. De resto, Strawson (1959, p. 31-38) e Evans (1982, cap. 5) são fontes interessantes de discussão sobre a capacidade de reconhecer objetos e os problemas que ela envolve.

parte dos exemplos a favor do argumento semântico envolve consumidores, e não produtores. Recorde o exemplo de Kripke. É bastante intuitivo que, naquele caso, os alunos tomaram a sua referência de empréstimo do professor. O problema é que não está claro como a identificação pode estar envolvida neste processo, e isto coloca o Princípio de Russell em apuros. A partir de agora, minha atenção será voltada aos consumidores.

2.2 Consumidores: nomes e marcadores

Começamos com a hipótese de que nomes próprios, por si só, são ferramentas de identificação, no sentido de que servem para identificarmos seus referentes. Para descartar esta hipótese, basta notar que é um fato conhecido de nossa linguagem que diferentes objetos podem possuir (e frequentemente possuem) o mesmo nome.

Hospitais podem fornecer um exemplo dramático da ineficiência dos nomes como mecanismos de identificação. Em hospitais, é importante que os pacientes sejam identificados de forma precisa. A má identificação pode ter consequências graves. Imagine que um enfermeiro precise aplicar uma injeção contendo um medicamento específico em uma paciente. Mas só o que recebe para identificá-la é que se chama “Maria”. O enfermeiro encontra uma paciente chamada “Maria” e aplica-lhe a injeção. Mas havia duas pessoas com este mesmo nome no hospital, e quem precisava da injeção era a outra. Neste caso, a consequência de usar o nome como ferramenta de identificação poderia ser desastrosa.

Para evitar este tipo de consequência, alguns hospitais adotam a estratégia de acoplar o que Jackson (2010, p. 8) chamou de “marcadores” aos nomes. Pode-se, por exemplo, identificar o paciente pelo seu nome + a data de seu nascimento. No caso de haver risco de coincidência de nomes e datas, podemos acoplar ainda mais marcadores. A moral da história é que se os nomes não são suficientes, podemos somar a eles mais material para tornar a identificação possível. A ideia pode ser estendida para toda a linguagem natural. Por um lado, nomes próprios são más ferramentas de identificação, pois diferentes indivíduos podem possuir o mesmo nome. Por outro, falantes comuns podem adicionar marcadores aos nomes, de modo a formar um material suficientemente rico para a identificação do referente. Nas próximas páginas, veremos como exatamente isto ocorre.

Existem pelo menos dois indivíduos chamados “Sócrates”, um deles foi um famoso filósofo da Grécia antiga, o outro foi um famoso jogador de futebol do Corinthians. O mero nome “Sócrates” não me permitirá diferenciar entre ambos e, conseqüentemente, não me permitirá identificar qualquer um em particular. A posse de marcadores como “é um filósofo” e “é grego” pode tornar a busca mais precisa. Ela me permite identificar um indivíduo específico *dentre todos aqueles chamados “Sócrates”*. Qual indivíduo? Uma hipótese é que o nome “Sócrates” somado ao marcador “é um filósofo grego” me fornece uma descrição metalinguística que é verdadeira de um e somente um objeto. O referente do nome será este objeto. O indivíduo que identifique através deste material é aquele que satisfaz a descrição ‘o indivíduo chamado “Sócrates” que é um filósofo e é grego’. De fato, é exatamente assim que as coisas são no caso dos hospitais. O indivíduo que o enfermeiro identificará será “aquele chamado N que é F, G etc.”. Se isto está correto também para nossos usos cotidianos de nomes, então temos um ponto a favor de explicar estes casos pela cláusula (a) de PR, isto é, pelo conhecimento de propriedades individuadoras. Isto seria favorável às teorias descritivistas da referência, que atribuem um papel central a esta cláusula na explicação da referência dos nomes, seja alegando que (a) é uma condição necessária para a referência, como fazem Kroon (1987), Jackson (2010) e Lewis (1984), seja alegando que é necessária e suficiente, como fazem a Teoria Frege-Russell e a teoria dos agregados de Searle (1958)⁶.

O problema com esta perspectiva é que não é claro como ela escapa do argumento semântico. Alegadamente, falantes comuns podem ser referencialmente bem-sucedidos mesmo quando não conhecem qualquer propriedade individuadora do referente. Isto é uma das coisas que os exemplos mencionados na primeira parte deste artigo supostamente mostram. Apesar de haver respostas descritivistas interessantes aos exemplos (KROON, 1983; LOAR, 1976; COSTA, 2011, 2013), meu objetivo é fornecer uma imagem que não seja inicialmente tão exigente.

A ideia crucial é que o indivíduo que o falante identifica não é aquele acerca de quem os marcadores são informações verdadeiras, mas aquele acerca de quem eles são

⁶ Russell (1912, cap. v; 1905; 1972, p. 29) e Frege (1892) são normalmente considerados os primeiros descritivistas. O Descritivismo Clássico tem inspiração em suas obras, mas não é óbvio que algum deles tenha realmente defendido isto. Costa (2009) apresenta argumentos persuasivos contra a tese comum de que Russell e Frege teriam defendido o Descritivismo Clássico, atribuindo aos mesmos o começo de uma versão mais refinada de Descritivismo.

informações difundidas. O objeto a quem um sujeito se referirá através do nome “Sócrates” será aquele chamado “Sócrates” acerca de quem seus marcadores são informações difundidas e não aquele chamado “Sócrates” acerca de quem seus marcadores são informações verdadeiras.

Existem razões para pensar que isto seja assim. Imagine, por exemplo, que um grande historiador da filosofia descubra que Sócrates não foi realmente um filósofo e sequer era grego. Sócrates foi apenas um amigo íntimo de Platão, que se ocupou em difundir um conjunto de estórias sobre ele. Suponha que nosso historiador publique um artigo em uma renomada revista de filosofia. Agora, imagine que todo o material identificador que um falante chamado “João” possua seja o nome “Sócrates” + o marcador “foi um filósofo da Grécia antiga”. Neste caso, embora João não saiba, nenhum de seus marcadores é uma informação verdadeira acerca de Sócrates. Mas isto não o impede de identificar Sócrates através de seu material identificador. Suponha, por exemplo, que ele tente fazer uma busca no Google. Coincidentemente, o primeiro artigo que ele encontra é o de nosso historiador. O artigo está repleto de frases como “ao contrário do que todos pensam, *Sócrates* não foi realmente um *filósofo*, sequer era *grego*”. João estará em perfeitas condições de perceber que o artigo trata da mesma pessoa que ele procurava. Não porque seu marcador é verdadeiro (ele não é!), mas porque ele é difundido. O indivíduo que ele encontrará será aquele chamado “Sócrates” acerca de quem seus marcadores são informações difundidas. O que é realmente importante para a determinação do referente do nome “Sócrates”, como usado por João, é que ele encara seus marcadores como informações difundidas acerca do referente.

Uma interessante consequência disto é que se não tivessem existido pessoas que difundiram a informação “foi um filósofo da Grécia antiga” acerca de um indivíduo particular chamado “Sócrates”, João não teria a habilidade de identificar qualquer indivíduo por este nome e marcador. O sucesso dele em identificar Sócrates através de seu material identificador depende da preexistência de uma prática de usar o nome “Sócrates” para fazer referência a um indivíduo particular, na qual “foi um filósofo da Grécia antiga” é uma informação difundida sobre este indivíduo.

Disto resulta a seguinte imagem geral sobre como um falante S pode identificar o referente de um nome N.

- S deve dispor de um material identificador, formado pelo nome N + um marcador – ou um conjunto de marcadores – \mathcal{E} . S pode usar N para procurar alguém

chamado N. Mas dado que (provavelmente) há vários indivíduos chamados N, isto não será suficiente. Assim, S pode usar seu marcador £ para distinguir um indivíduo específico dentre aqueles chamados N: aquele acerca de quem £ é uma informação difundida. Para que a identificação de S tenha sucesso, é necessário que exista uma prática de usar o nome N para fazer referência a um objeto x , na qual £ seja uma informação difundida acerca de x . Resumo este processo dizendo que S tem a habilidade de identificar x como aquele a quem os membros *desta prática* se referem.

Até onde sei, Evans foi o primeiro a reconhecer – no capítulo 11 de *The Varieties of Reference* – este papel dos marcadores para a referência dos nomes, e foi seguido por Sainsbury (2005), Jackson (2010), Campbell (2002, sec. 2.5) e outros. A despeito de nem todos terem exatamente a mesma imagem em mente, em todos os casos a proximidade é inegável. Uma diferença importante em relação a Evans é que ele não pensava que a identificação fosse uma condição necessária para a referência dos nomes, mas apenas para termos pensamentos (crenças, conhecimento etc.) envolvendo nomes. Falo algo sobre isto na próxima seção. Já Jackson propõe que falantes que usam seus marcadores deste modo possuem, na verdade, conhecimento da propriedade determinante do referente, e este conhecimento que envolve crenças identificadoras do mesmo. Conforme veremos no próximo parágrafo, não me comprometo com isto. Sainsbury e Campbell não dizem muito sobre como os marcadores funcionam. De todo modo, esta imagem não é nova.

É necessário insistir em alguns pontos. Primeiro, não estou supondo que S tenha de possuir conhecimento proposicional de uma descrição metalinguística qualquer. É verdade que o referente de N, como usado por ele, será *o objeto chamado N acerca de quem £ é uma informação difundida*, mas S não precisa ter conhecimento proposicional ou ser capaz de especificar isto. Na verdade, sequer assumo que S tenha uma crença identificadora da forma *o referente de N é o objeto chamado N acerca de quem £ é uma informação difundida*. Só o que sustento é que ele tem a *habilidade prática* de identificar o referente de N. Por outras palavras, ele *sabe como* usar seu material identificador para distinguir o referente do nome de todos os outros objetos do mundo. Como dito no parágrafo anterior, Jackson acredita que um falante possui este tipo de habilidade prática apenas se conhece a propriedade determinante do referente, e este conhecimento envolve crenças identificadoras do mesmo (JACKSON, 2010, p. 7). Se ele estiver correto, então a existência da habilidade prática acima será, no fim das

contas, mais um indício a favor do Descritivismo. Em todo caso, mesmo Jackson reconhece que são precisos argumentos para mostrar que a posse daquela habilidade acarreta a posse do tipo de conhecimento proposicional ou crença identificadora requerido por descritivistas (para uma discussão destes argumentos, veja-se Salles (2013, sec. 3.15)). Dado que não me comprometo com nada além da posse da habilidade prática supracitada, não é necessário discutir estes argumentos aqui.

Segundo, não sustento que este é o único modo de identificação envolvido na referência por nomes. Minha tese é que se trata de apenas mais um modo disponível a falantes comuns, que deve ser acrescentado aos outros três modos mencionados anteriormente. Sendo assim, devemos reformular o Princípio de Russell para o princípio que afirma que uma condição necessária para um falante S se referir a um objeto x , através de um nome N, é que ele seja capaz de identificar x em um dos quatro modos apresentados até aqui. Portanto, a explicação da referência dos nomes envolve também um quarto modo de identificação (neste ponto discordo de Evans (1982, p. 403) e concordo com Sainsbury (2005, p. 97).

Por fim, o modo de identificação apresentado tem uma peculiaridade: o sucesso da identificação depende da preexistência de uma prática de uso do nome para fazer referência a um objeto particular. Assim, S só será capaz de identificar o referente do nome que usa – e conseqüentemente de se referir àquele objeto – se tudo correr bem com esta prática. Isto não é uma desvantagem, dado que o objetivo é explicar como a identificação pode estar envolvida no fenômeno da referência por empréstimo. Os casos de referência por empréstimo são justamente aqueles em que o sucesso da referência de um falante é explicado em termos do sucesso de outros falantes. O modo de identificação apontado nesta seção é especialmente importante para os consumidores de um nome, e basicamente irrelevante para os produtores e todos aqueles que se referem por direito próprio.

2.3 Falha na referência

Podemos agora considerar duas noções cruciais envolvidas na referência: os casos de *falha na referência* e a noção de *consumidor competente* de um nome. Anteriormente, disse que os falantes podem usar seu material identificador para identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática

específica se referem. O referente de seu uso será quem quer que seja o objeto na origem da prática relevante. Isto sugere dois modos nos quais a identificação de um consumidor pode falhar. Estes modos nos ajudarão a esclarecer o que é um consumidor competente de um nome.

Primeiro, o material identificador pode falhar por haver mais de um objeto acerca de quem os marcadores possuídos pelo falante são informações difundidas. Imagine que todo o material que eu possua seja o nome “João” + o marcador “é um marceneiro”. Existem muitas pessoas chamadas “João” e, correspondentemente, muitas práticas de uso envolvendo este nome. Por sua vez, o marcador “é um marceneiro” é uma informação difundida em muitas destas práticas. Assim, o material em questão não me fornecerá a habilidade de distinguir qualquer indivíduo como aquele a quem os membros de uma *prática específica* se referem.

Mas mesmo que o material seja suficientemente rico para me fornecer a habilidade de identificar o referente do nome como aquele referido pelos membros de uma prática específica, pode acontecer de esta prática não levar a lugar algum. Imagine que eu seja um especialista na filosofia de Sócrates, de modo a possuir um material identificador muito rico. Mas agora suponha que Sócrates seja uma invenção de Platão. Neste caso, meu material me permitirá indicar de qual prática de uso do nome “Sócrates” eu participo. Sou capaz de indicar que falo do alegado filósofo e não do alegado jogador de futebol. Existe uma prática específica de uso do nome “Sócrates” na qual meus marcadores são informações difundidas. Se existisse um objeto a quem os membros desta prática se referem, eu teria sucesso em identificá-lo. Mas dado que não existe qualquer objeto referido pelos membros desta prática, não identifico *realmente* qualquer objeto.

Repare que o último caso é diferente do primeiro. No primeiro, meu material identificador não me tornava capaz de situar meu uso do nome em qualquer prática específica. Existiam várias práticas de uso do nome nas quais meu marcador era uma informação difundida. No último, meu material me permite fazer isto, mas a identificação falha porque os membros da prática não se referem a qualquer pessoa. Apenas no primeiro a falha da identificação ocorre devido à pobreza do material identificador.

2.4 Usuários competentes

Seria implausível caracterizar o consumidor competente como aquele que tem sucesso em se referir a algo por meio do nome. Afinal, existem práticas de uso de nomes vazios. No século XIX, o nome “Vulcano” foi usado com seriedade por cientistas e leigos para fazer referência a um planeta que pensavam existir, mas que não existia. Seria contraintuitivo assumir que todos os consumidores deste nome eram usuários incompetentes. Se assim for, então Sainsbury (2005, cap. 3; 2006: sec. 3) está correto em notar que a existência de uma prática de uso de um nome e, conseqüentemente, de usuários competentes, não depende de haver um referente. Minha sugestão é que os falantes que falham em se referir a algo no primeiro sentido – devido à pobreza de seu material identificador – não são consumidores competentes de nomes. Mas aqueles que falham no segundo sentido ainda são competentes.

2.5 Marcadores especiais

Um último ponto merece nossa atenção. Nem todo marcador funciona do modo descrito acima. Existe uma classe de *marcadores especiais* que nos fornecem modos (mais) diretos de apontar a prática de uso de nome da qual participamos. Há casos em que o único marcador de um falante é algo como “a pessoa a quem Fulano se referiu em tal e tal situação”. Na verdade, este parece ser um caso em que o falante identifica o referente do nome por conhecer uma propriedade individuadora dele. Ele conhece uma propriedade que somente aquele objeto satisfaz: a propriedade de ser o único objeto referido por Fulano naquela situação. A intenção do falante não parece ser referir-se ao objeto de quem a informação “a pessoa a quem se Fulano referiu” é difundida. Ao contrário, sua intenção é se referir a quem quer que Fulano tenha se referido, e ponto. O sucesso na referência dependerá, neste caso, de ser verdade que Fulano se referiu a um e somente um indivíduo na situação relevante.

Marcadores como “é famoso” também são frequentemente usados como um modo mais direto de os falantes indicarem a qual prática seu uso do nome pertence. Geralmente, falantes usam este marcador de modo que o que é importa não é apenas se ou não ele é uma informação difundida acerca do referente do nome. Imagine que todo o material identificador que associa a “Sócrates” seja “é um filósofo famoso”. Suponha que exista um desconhecido estudante de filosofia, chamado “Sócrates”, que difunda

acerca de si mesmo a falsa informação de que é famoso. Isto não me impede de identificar o famoso Sócrates através de meu material identificador. Isto pode ser explicado do seguinte modo. Existem diferentes práticas de uso do nome “Sócrates”. Presumivelmente, em mais de uma a informação “é um filósofo” é difundida. Contudo, existe uma que se destaca das outras, no sentido de ter uma história mais longa, ou envolver mais pessoas, maior difusão de informações etc. Podemos usar o marcador “é famoso” para indicar nossa intenção de participar especificamente desta prática. Se alguém me pergunta de quem eu falo quando falo de Sócrates, e respondo que falo daquele famoso, indico que estou usando um nome muito conhecido, pertencente a uma prática importante, que envolve estudiosos etc. O marcador foi usado como uma forma de indicar características da prática de uso a qual pertenço. Não importa o que nosso desconhecido estudante de filosofia difunda acerca de si mesmo, meu uso do nome “Sócrates” não pertence à prática de uso – que é pequena, envolve poucas pessoas etc. – que leva a ele. Desconfio que existam outros marcadores deste tipo, mas uma lista completa está fora do alcance deste texto.

A teoria apresentada até aqui é apenas um esboço, de modo que muitos elementos requerem maior atenção e desenvolvimento. Em todo caso, parece-me uma alternativa promissora. Primeiro, ela não exige muito de falantes comuns. Não exige, por exemplo, conhecimento de propriedades individuadoras. Segundo, ela se adéqua à intuição de que um falante pode ter sucesso em se referir a algo mesmo quando não possui qualquer informação verdadeira acerca do referente do nome. Afinal, o que importa no quarto modo de identificação não é se os marcadores são informações verdadeiras, mas se são informações difundidas. Por último, ao acrescentarmos uma cláusula diferente à PR, tornamo-lo menos exigente e, conseqüentemente, mais plausível. Resta saber se estamos agora livres do argumento semântico.

3 O argumento semântico

Como vimos, Kripke e Donnellan forneceram exemplos de casos nos quais falantes ignorantes – isto é, incapazes de identificar o referente do nome – aparentemente se referem a algo através do uso do nome. Minha resposta a estes exemplos será dividida em duas partes: (a) alguns alegados casos de falantes ignorantes não são realmente casos de falantes ignorantes; (b) os casos que realmente envolvem

falantes ignorantes não são casos nos quais intuitivamente há sucesso nos atos de referência⁷.

(a) Considere primeiro o seguinte exemplo. Imagine que um sujeito ouça seus amigos conversando acerca de Platão, mas não o que falam acerca do mesmo. Suponha também que este seja o primeiro contato dele com o nome “Platão”. Neste contexto, imagine que ele pergunte o seguinte:

(1) Quem é Platão?

Intuitivamente, nosso sujeito tem sucesso em se referir a Platão pelo proferimento de (1). Entretanto, não é capaz de identificar o mesmo. Afinal, por suposição, ele não ouviu o que os amigos disseram sobre Platão e não possuía qualquer informação anterior que pudesse ajudar. Este é um caso alegadamente óbvio de sucesso da referência sem capacidade de identificação.

Concordo que seja um caso óbvio de referência bem-sucedida, mas recuso que o sujeito não seja capaz de identificar Platão. Na verdade, temos um caso claro de sucesso da identificação. Nosso sujeito pode identificar Platão como *a pessoa a quem seus amigos se referiram (quando proferiram “Platão” há alguns segundos atrás)*. Para ver que ele tem esta habilidade, basta reparar que, ao invés de (1), ele poderia muito bem ter perguntado “Quem é este Platão de quem falavam?”.

Agora voltemos ao exemplo de Kripke. Naquele caso, o professor introduz o nome “Newton” aos alunos com uma única descrição falsa (“o mestre de Platão”). Supostamente, eles não possuem qualquer outra informação. Ainda assim, nossa intuição é que os alunos são capazes de se referir a Newton por este nome. Neste ponto, já é possível perceber o que há de errado com o exemplo. A suposição de que aquele seja o único material identificador dos alunos é falsa. Eles são capazes de identificar Newton como *a pessoa a quem seu professor se referiu (por ‘Newton’ na última aula)*. Portanto, não se trata de um caso envolvendo falantes ignorantes.

Os dois casos acima revelam um modo importante no qual os consumidores podem identificar o referente dos nomes no momento de sua aquisição. É um fato de nossa linguagem que os falantes precisam de pouca coisa para adquirir um nome. O

⁷ É importante notar que, daqui por diante, a avaliação do argumento semântico levará em conta não três, mas quatro modos de identificação. Por outras palavras, interpretarei os exemplos de Kripke e Donnellan como supostos casos nos quais os falantes são bem-sucedidos em suas tentativas de se referir a algo através de um nome, mesmo sendo incapazes de identificar o referente em *qualquer um dos quatro modos descritos ao longo do texto*.

modo de identificação esboçado nos dois parágrafos acima está de acordo com este suposto fato. A afirmação de que um falante, ao ouvir pela primeira vez o proferimento de um nome N, pode identificar o referente de N do modo acima não é algo extraordinário. Embora o modo de identificação em questão possua suas limitações, é legítimo e largamente acessível aos falantes comuns.

A moral da história é que a avaliação de um exemplo a favor do argumento semântico deve levar em conta não apenas a informação explicitamente transmitida pelo proferimento dos interlocutores, mas também o contexto do proferimento como um todo. Nos casos acima, os interlocutores não disseram “N é a pessoa a quem me refiro”, mas o contexto permitiu os ouvintes saberem disto. Os exemplos acima envolvem o que Goodman (2016) chama de “casos de testemunho puro”. Uma característica essencial destes casos é que “o ouvinte (...) não tem meios independentes de identificar o objeto sobre o qual se discute” (GOODMAN, 2016, sec. 6.1, tradução minha). Nestas circunstâncias, a única forma que o ouvinte tem de identificar o referente de N é recorrendo ao proferimento do falante e ao material fornecido pelo contexto do mesmo. É importante ressaltar, portanto, que os ouvintes têm outras fontes de informação além daquilo que é explicitamente comunicado pelos falantes. Estas fontes podem ajudá-los a obter um material rico o bastante para identificar o referente do nome usado pelos últimos. Em alguns casos, o material disponível a um ouvinte inicialmente ignorante pode ir muito além daquilo que é explicitamente comunicado pelos falantes. Se um professor de filosofia diz “as próximas aulas serão sobre Sócrates”, os alunos podem justificadamente supor que o referente de “Sócrates” é um filósofo, ou talvez até mesmo que seja um famoso filósofo, já que será o assunto de várias aulas.

Em conclusão, alguns exemplos nos quais alegadamente há falantes ignorantes referencialmente bem-sucedidos não são realmente casos de falantes ignorantes. E assim fica estabelecida a primeira parte de minha resposta.

(b) Passemos agora aos casos que realmente envolvem falantes ignorantes. Para obter um caso deste tipo, basta fazer uma pequena modificação no exemplo de Kripke considerado acima. Imagine a mesma situação, mas suponha que os alunos tenham esquecido quem lhes introduziu o nome. Neste contexto, todo o material identificador que eles possuem é o nome “Newton” mais o marcador “é o mestre de Platão”. Conforme sabemos, este marcador não é uma informação verdadeira de Newton e

sequer é uma informação difundida dele. Agora, suponha que um dos alunos, chame-lhe “Joãozinho”, diga o seguinte a seu pai:

(2) Newton foi o mestre de Platão.

São casos como este que favorecem o argumento semântico, pois intuitivamente Joãozinho teve sucesso em se referir a Newton, mas é incapaz de identificá-lo. Antes de responder ao desafio posto pelo exemplo, é preciso ressaltar dois pontos.

Primeiro, é comum que falantes e ouvintes façam pressuposições uns sobre os outros. Concentremo-nos nas pressuposições dos ouvintes. Os ouvintes usualmente pressupõem que os falantes estão se referindo a algo. Se um amigo nos diz que N é F, supomos que ele está usando N como um nome, que é capaz de usar este nome, que ele tem sucesso em se referir a algo por este nome etc. Em contextos ordinários, não adentramos em dúvidas céticas sobre a pessoa que nos fala. Além disto, em alguns contextos pressupomos não apenas que o falante se refere a algo, mas que ele se refere a algo/algum específico. Se um estudante pergunta a seu pai “Newton foi um físico importante?”, o pai pode pressupor que ele fala de Isaac Newton.

Em segundo lugar, repare que as pressuposições dos ouvintes não são infalíveis. Eles podem fazer pressuposições equivocadas sobre o falante. Mais especificamente, existem situações nas quais o ouvinte está justificado em fazer uma pressuposição sobre o falante, mas sua pressuposição é falsa. Imagine que o amigo de Marquinhos se chame Newton, e que conte a ele que é um físico famoso. Em dúvida sobre se o que ouviu é ou não verdade, Marquinhos pergunta a seu pai: Newton é um físico famoso? O pai, que não está informado do contexto da dúvida de Marquinhos, certamente estará justificado em pressupor que ele fala de Isaac Newton. Mas esta pressuposição é incorreta, dado que ele fala de seu amigo. É fácil pensar em outros exemplos do tipo. Suponha que um grupo de fãs de futebol está conversando sobre Sócrates, o grande jogador do Corinthians. Um deles diz que Sócrates foi um gênio e outro responde que ninguém era tão inteligente quanto Sócrates. Neste contexto, Chico entra na conversa e diz, com a intenção de falar do Sócrates filósofo, “Sócrates foi um homem admirável”. Está claro que os outros, que agora ocupam a posição de ouvintes, estão justificados em pressupor que Chico fala do jogador de futebol. Mas esta pressuposição é falsa.

Imagino que nenhum dos pontos acima seja controverso, mas eles nos ensinam uma lição importante: se queremos saber se alguém tem sucesso em se referir a algo, então devemos voltar nossa atenção ao falante. Do mero fato de que os ouvintes estão

justificados em pressupor que o falante tem sucesso em se referir a algo não se segue que o falante de fato se referiu a qualquer coisa. No que segue, argumentarei que os exemplos mais plausíveis a favor do argumento semântico não respeitam esta lição. Os exemplos são apenas casos nos quais os ouvintes estão justificados em pressupor que o falante se referiu a algo, mas não revelam qualquer intuição interessante sobre os falantes.

Retornemos ao caso de Joãozinho. Seu pai está justificado em pressupor que ele está usando “Newton” como um nome e que se refere a alguém. Em verdade, se o pai conhecer um pouco de história da física, está justificado até mesmo em pressupor que Joãozinho fala de Isaac Newton (não é o que você, no lugar dele, pressuporia?). Todavia, sabemos agora que nada disto implica que o garoto tenha de fato se referido a algo. Para saber se Joãozinho se referiu a algo, devemos investigar a situação dele, e não a de seu pai. O nosso problema, então, é o seguinte: o exemplo mostra algo de relevante sobre o sucesso de Joãozinho em se referir a algo?

Imagine o mesmo exemplo, mas agora mude o nome “Newton” por “Maria” e o marcador “foi o mestre de Platão” por “é legal”. Isto é, imagine que Joãozinho disse (3) ao invés de (2).

(3) Maria é Legal.

Uma vez mais, o pai estará justificado em fazer um conjunto de pressuposições acerca de Joãozinho. Agora, no entanto, ele não pressupõe que Joãozinho se refere a alguém que ele conhece. Talvez o pai não se lembre de conhecer alguém chamada “Maria” ou talvez se lembre de muitas pessoas com este nome, mas o importante é que não assume que Joãozinho esteja falando desta ou daquela pessoa. Neste contexto, é apropriado para o pai fazer perguntas como “quem é Maria?” ou “de quem está falando?”. Pergunte-se: qual poderia ser a resposta de Joãozinho? Por suposição, a resposta teria de ser algo como “Eu não sei”. O pai poderia perguntar “como você conheceu Maria?” ou “me conte mais sobre ela”, e a resposta teria de ser “eu não sei”, “não há mais a dizer” etc. O pai poderia insistir “conte-me qualquer coisa sobre ela!”. Novamente, a resposta teria de ser algo como “Já disse, não sei!”, e talvez o garoto completasse “mas ela é legal”. Será este exemplo um caso muito intuitivo de sucesso na referência? Estaríamos justificados em pensar que é óbvio ou pelo menos intuitivo que Joãozinho se refere a algo? Tanto quanto posso ver, não há qualquer coisa óbvia aqui. Sequer é intuitivo que o garoto seja um usuário competente do nome “Maria”.

É fundamental manter em mente que estou tomando muito seriamente a tese de que o único material identificador de Joãozinho é “Maria” mais “é legal”. Repare que os casos deste tipo não são normais, mas estranhos e atípicos. Eles são estranhos porque o proferimento de *Fa* é geralmente despropositado quando *F* é o único marcador possuído pelo falante. Qual o ponto de proferir “Maria é legal” quando o *único* marcador associado a “Maria” é “é legal”? Joãozinho não é capaz de indicar de quem fala, de modo que não conseguirá explicar isto ao ouvinte em caso de necessidade. Ele também não é capaz de buscar por mais informações sobre o (suposto) referente de “Maria”. Suponha que Joãozinho decida usar seu material identificador para buscar mais informações sobre o indivíduo a quem ele (supostamente) se refere. Se ele digitar no Google, encontrará muitas notícias diferentes, sobre muitas pessoas chamadas “Maria” das quais a informação “é legal” é difundida, mas não estará justificado em concluir que qualquer uma daquelas informações é sobre a Maria a quem ele (supostamente) se refere. Algo similar ocorreria se ele tentasse alguma outra fonte, como o testemunho de um amigo por exemplo. Se Joãozinho recorresse a seu pai e lhe perguntasse “Quem é Maria?”, seu pai poderia lhe contar de uma ou outra pessoa chamada “Maria” de quem o marcador “é legal” é difundido. Mas Joãozinho não teria razão para concluir que se trata da pessoa (supostamente) referida por ele. Em resumo, com o material que possui, Joãozinho nem é capaz de explicar de quem (supostamente) fala nem é capaz de aprender sobre a pessoa de quem (supostamente) fala. Nestas circunstâncias, seria estranho que ele tentasse iniciar ou participar de uma conversação por meio do proferimento de (3). Porque isto é estranho, suponho que seja atípico.

Alguém poderia objetar aqui que a *estranheza* não é importante. Do mero fato de que a situação é estranha não se segue que Joãozinho não esteja se referindo a algo através de seu proferimento de (3). Esta objeção, contudo, erra o alvo. O ponto que desejo mostrar não é que Joãozinho falha em se referir a algo (apesar de pensar que ele falha), mas que *não é intuitivo que ele tenha sucesso em se referir a algo*. Isto basta para mostrar que o exemplo não representa um caso intuitivo contra o Princípio de Russell.

Agora compare o exemplo do Newton (proferimento de (2)) com o de Maria (proferimento (3)). Em ambos os casos, o pai está justificado em pressupor que seu filho está usando um nome de forma séria, que tem sucesso em se referir a alguém etc. Todavia, no primeiro caso o pai está justificado a pressupor que Joãozinho fala de uma

pessoa específica: Isaac Newton. Dado esta pressuposição, seria apropriado para o pai dizer coisas como “Newton não foi o mestre de Platão” ou “Você está errado. O mestre de Platão foi Sócrates”. No caso de Maria, esta última pressuposição não existe; o pai não assume que sabe de quem o filho está falando. Devido a isto, seria natural que ele perguntasse “Quem é Maria?” ou “De quem está falando?”. O que muda de um exemplo para outro são as pressuposições que o pai faz sobre o proferimento de seu filho e, com elas, o tipo de resposta que seria apropriado dar ao mesmo. Até agora, nada de interessante sobre o falante (o Joãozinho) foi revelado. O que podemos dizer sobre Joãozinho é que em ambos os casos ele se encontra numa situação de ignorância. Basta formular o exemplo de modo a realmente ressaltar esta situação de ignorância e percebemos que não há qualquer sucesso intuitivo da referência aqui. O veredicto sobre se Joãozinho se refere não pode ser dado pelas intuições. O que vale para o caso de Maria vale para o de Newton.

Deixe-me insistir um pouco mais no exemplo de Newton. Suponha que Joãozinho decida usar seu material identificador para buscar por mais informações sobre o indivíduo a quem ele (supostamente) se refere. Ao fazer uma pesquisa, encontrará diferentes resultados sobre alguns indivíduos chamados “Newton”. Como poderia ele estar justificado em acreditar que algum destes resultados é sobre a pessoa a quem ele (supostamente) se refere? De fato, ele não estará justificado em fazer este movimento. Isto tem a consequência de que Joãozinho, na situação de ignorância em que se encontra, não é capaz de *acumular* informações sobre o alegado objeto referido. Por outras palavras, existe um sentido no qual ele é incapaz de *aprender* coisas novas sobre o (suposto) referente do nome. Joãozinho também é incapaz de indicar de quem fala. Ele não é capaz de indicar de qual pessoa chamada “Newton” ele fala, nem de qual prática de uso de nome participa. Se o pai lhe perguntasse de quem fala, rapidamente ficaria ciente de que o garoto é incapaz de explicar se fala de Isaac Newton, de seu vizinho chamado “Newton” ou de qualquer outro Newton do planeta. Existe por isto um sentido no qual o garoto é incapaz de *ensinar* qualquer informação ulterior sobre o (suposto) referente do nome. Numa situação cognitiva destas, seria no mínimo estranho que ele iniciasse ou participasse de conversações envolvendo o nome. De modo geral, quando o material identificador de um falante não é rico o bastante, não é claro qual o ponto em iniciar ou participar de conversações por meio de proferimentos como (2) ou (3). A despeito disto, pode ser argumentado que Joãozinho de fato é capaz de se referir a

algo por meio de seus proferimentos. Todavia, e isto é o mais importante, o exemplo não é um caso intuitivo de sucesso da referência. A tese de que falantes como Joãozinho se referem é controversa, e não uma intuição comum.

Em resumo, o exemplo de Newton é um caso no qual os ouvintes estão justificados em pressupor que o falante teve sucesso no ato de se referir a algo. Se pensarmos da perspectiva do ouvinte, também pressuporemos que houve sucesso da referência. Argumentei, contudo, que devemos nos colocar na perspectiva do falante. Uma vez que fazemos isto, as intuições se dissipam.

O mesmo vale para o exemplo de Donnellan. A única razão que ele fornece para a tese de que a criança se referiu a Tom é que seus pais estariam justificados em pressupor que ela o fez. É verdade que seus pais estariam justificados em fazer esta pressuposição, mas daí não se segue que a criança de fato se referiu a algo. Os pais sabem que havia muitas pessoas chamadas “Tom” na festa e viram uma delas conversando com seu filho. Se nos colocarmos no lugar dos pais, teremos razões para fazer as mesmas pressuposições. Mas tão logo nos colocamos no lugar da criança e ficamos cientes de sua situação cognitiva, não mais há razão para tomar como intuitivo o sucesso da referência. De fato, dado a pobreza de seu material identificador, pode-se duvidar até mesmo que se trate de um usuário competente do nome.

Em conclusão, argumentei que alguns exemplos a favor do argumento semântico são realmente casos intuitivos de sucesso na referência, mas não são casos de falantes ignorantes. Por outro lado, alguns exemplos são realmente casos de falantes ignorantes, mas não são casos nos quais intuitivamente há sucesso na referência. De fato, forneci uma receita de dois passos para qualquer um que pretenda avaliar um exemplo a favor do argumento semântico: (i) verifique se não há alguma informação relevante contextualmente implícita e (ii) se coloque na perspectiva do falante, e não na do ouvinte. Se seguirmos estes passos, evitamos a maior parte dos exemplos.

Por fim, penso que Evans (1982, sec. 3.3) cedeu mais do que precisava aos exemplos de Kripke e Donnellan. Ele acreditou que o argumento semântico de fato mostrava que falantes ignorantes podem ser bem-sucedidos na referência por nomes. O que o argumento não mostraria é que estes falantes têm sucesso em pensar sobre os referentes. A ideia central é que as condições para um sujeito *pensar* sobre um objeto através de um nome são mais rigorosas do que as condições para um sujeito se *referir* e dizer coisas através do nome. Kripke e outros não teriam percebido o abismo que há

entre dizer (ou referir-se) e pensar. Mesmo que Evans esteja certo sobre sua distinção entre dizer e pensar, acredito que esteja errado quanto ao argumento semântico. Os exemplos acima, nos quais falantes ignorantes usam nomes, não são casos intuitivos de sucesso referencial. A distinção importante para explicar a falha dos exemplos não é a distinção entre dizer e pensar; mas entre a *perspectiva do falante* e a *perspectiva do ouvinte*. Seja como for, não precisamos nos perder muito nisto. O ponto importante é que minha defesa do Princípio de Russell é uma defesa deste princípio para a referência. Neste sentido, é mais radical do que o próprio Evans desejaria.

Considerações finais

Nas últimas décadas surgiu uma teoria mista da referência que está entre o Descritivismo Clássico e o Causalismo. Esta teoria aceita a lição de Kripke e Donnellan sobre a importância de uma cadeia histórico-causal para o fenômeno da referência por nomes, mas também coloca um requisito epistêmico sobre o mesmo. Por um lado, a referência por nomes é um fenômeno histórico que envolve uma cadeia de usuários relacionados (causalmente) entre si. Por outro, a habilidade de usar um nome com sucesso envolve a capacidade de identificar seu referente. Neste artigo, defendi que a identificação pode, em alguns casos, ser entendida como uma *habilidade prática* de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem. Penso que este modo de identificação é fundamental para entender o papel dos consumidores dos nomes e a referência por empréstimo.

A expressão “habilidade prática” tem importância especial aqui. A identificação é uma condição necessária para o sucesso da referência por nomes, mas não é uma condição tão forte quanto possa parecer. Os falantes comuns não precisam de muito para diferenciar o objeto nomeado dos outros objetos do mundo. Mais especificamente, um consumidor de um nome pode se referir a algo através do uso do nome mesmo que não tenha conhecimento proposicional de que o objeto nomeado é *o(a) F*. De fato, minha sugestão é que a habilidade de identificação dos consumidores não precisa ser encarada como um tipo de conhecimento proposicional. Para que um consumidor seja capaz de se referir a algo pelo uso de um nome, basta que *saiba como* usar o seu material identificador para situar-se em uma prática específica de uso de nomes.

Por fim, a inclusão de uma habilidade prática no Princípio de Russell não é algo novo. Provavelmente a capacidade de reconhecer objetos com base em sua aparência – que foi incluída como um dos modos relevantes de identificação – é já uma habilidade prática. Além disto, seria um equívoco interpretar falantes com tais habilidades como falantes ignorantes. Aceitar que o conhecimento discriminatório dos falantes seja entendido em termos de uma habilidade prática é diferente de aceitar que falantes ignorantes (sem conhecimento discriminatório) acerca de um objeto podem se referir a ele por meio de seu nome próprio.

REFERÊNCIAS

- CAMPBELL, J. *Reference and consciousness*. Oxford, 2002.
- DEVITT, M. *Designation*. Columbia University Press, 1981.
- DEVITT, M & STERELNY, K. *Language and reality: an introduction to the philosophy of language*. Blackwell, 1999.
- COSTA, C. F. Teorias descritivistas dos nomes próprios. *Dissertatio*, v. 30, p. 185-195, 2009.
- _____. A meta-descriptivist theory of proper names. *Ratio*, v. 24, n. 3, p. 259-281, 2011.
- _____. Como os nomes próprios realmente referem. *Investigação Filosófica*, v. 4, n. 1, p. 1-27, 2013.
- DONNELLAN, K. Proper names and identifying descriptions. In: DAVIDSON, D. & HARMAN, G. (Eds.). *Semantics of natural language*. D. Reidel Publishing, p. 356–379, 1972.
- _____. Speaking of nothing. *The Philosophical Review*, v. 83, n. 1, p. 3-31, 1974.
- EVANS, G. The causal theory of names. In: DAVIDSON, M. (Org.). *On sense and direct reference*. The McGraw-Hill Companies, 2007 (1973), p. 528-543.
- _____. *The varieties of reference*. Oxford, 2002 (1982).
- FREGGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. Cultrix, 1978 (1892).
- GOODMAN, R. On the supposed connection between proper names and singular thought. *Synthese*, v. 195, n. 1, p. 197-223, 2016.
- JACKSON, F. *Language, names, and information*. Blackwell, 2010.

- KRIPKE, S. A. *Naming and necessity*. Blackwell, 1980 (1972).
- KROON, F. W. Causal descriptivism. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 65, n. 1. p.1-17, 1987.
- _____. The problem of ‘Jonah’: how not to argue for the causal theory of reference. *Philosophical Studies*, v. 43, n. 2, 1983.
- LEWIS, D. Putnam’s paradox. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 62, n. 3, p. 221-236, 1984.
- LOAR, B. The semantics of singular terms. *Philosophical Studies*, v. 30, p. 353–377, 1976.
- McCULLOCH, G. *The game of the name*. Oxford, 1989.
- RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, v. 14, n. 56, p. 479-493, 1905.
- _____. *The problems of philosophy*. Home University Library, 1912.
- _____. *The philosophy of logical atomism*. Routledge, 1972.
- SAINSBURY, R. M. *Reference without referents*. Oxford, 2005.
- _____. The essence of reference. In: LEPORE, E. & SMITH, B. (Eds). *Oxford handbook of philosophy of language*. Oxford, p. 393-422, 2006.
- SALLES, S. *Nomes próprios: referência e identificação*. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013
- SEARLE, J. R. Proper names. *Mind*, v. 67, n. 266, p. 166-173, 1958.
- STRAWSON, P.F. *Individuals*. Routledge, 1959.
- _____. *Subject and predicate in logic and grammar*. Routledge, 2016 (1974).
- TEXTOR, M. Proper names and practices: on reference without referents. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 81, n. 1, p. 105-118, 2010.